

## **REFORMA AGRÁRIA INADIÁVEL**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 26.02.1980

Uma série de indícios sugere que a formação social brasileira está amadurecendo para algum processo de reforma agrária. A reestruturação fundiária do país deixa de ser uma proposta utópica das esquerdas para se transformar em uma imposição social e em uma necessidade econômica. Independentemente do tipo de governo que temos ou venhamos a ter, é muito provável que um processo de reforma agrária tenha início. Os rumos e a profundidade dessa reforma certamente variarão, conforme o Estado caminhe mais para a esquerda ou para a direita. Mas, mesmo no último caso, o imobilismo agrário que tem prevalecido até aqui parece improvável.

Sem dúvida alguma este amadurecimento das condições para a reforma agrária está relacionado com as pressões sociais do trabalhadores rurais brasileiros. Seja a resistência heróica das centenas de famílias em Alagamar, na Paraíba, apoiadas por Dom José Maria Pires, seja a resistência e as lutas armadas de centenas de milhares de posseiros no centro-oeste e no norte do Brasil, sempre apoiados pelos bispos da região, são fatores importantes a exigir uma solução para o problema da propriedade da terra no Brasil. Em Alagamar estamos em uma região densamente povoada; em São Félix do Araguaia, em pleno sertão ainda relativamente despovoado. Mas em ambos os locais a questão da terra torna-se central.

A Igreja Católica colocou-se há algum tempo, na vanguarda da defesa dos trabalhadores rurais brasileiros, sejam eles posseiros, arrendatários, parceiros, colonos, bóias-frias, além dos próprios índios. Além de um sem número de casos em que, nos últimos anos, padres e bispos procuraram, com sua autoridade moral e religiosa, proteger esses trabalhadores, foi criada a Pastoral da Terra, e agora, na XVIII Assembléia Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itarici, 172 bispos brasileiros aprovaram

o documento “Igreja e Problemas da Terra”. Votos contra foram 4, abstenções, outros 4 votos. Neste documento, além de ser dado um forte apoio à reforma agrária; “que possibilite o acesso a terra e condições favoráveis para seu cultivo”, o capitalismo no campo foi fortemente condenado. Esse capitalismo foi caracterizado pela “terra de exploração terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros”. Sua alternativa foi também definida com clareza. “Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para espetacular”.

A posição da Igreja, e a crescente pressão dos camponeses hoje representados de forma cada vez mais efetiva pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), bem como a recente decisão do Governo de criar o Grupo Executivo das Terras Araguaia-Tocantins (GETAT), colocando sob a direção direta do Conselho de Segurança Nacional 40 milhões de hectares de terra, são indicações de que os projetos de reforma agrária terão que de alguma forma deixar de permanecer no estrito campo das promessas demagógicas a serem executados por órgãos governamentais fantasmagóricos.

Mas, para compreendermos esta nova situação, é essencial que identifiquemos os fatos novos que, de um lado, agravaram a pressão social dos camponeses e de outro afrouxaram as resistências ou mesmo criaram condições econômicas favoráveis à reestruturação fundiária no Brasil. Estes fatos novos são três: (1) o fechamento da fronteira agrícola e o conseqüente aumento dos conflitos pela posse de terra; (2) a decadência política do latifúndio, principal obstáculo à reforma agrária, mas sob cuja égide foi inicialmente realizada e industrializada; e (3) a perda de funcionalidade do minifúndio e do latifúndio, duas faces pré-capitalistas da mesma moeda, para a acumulação capitalista, na medida em que ocupam terras mas são cada vez menos capazes de suprir de alimentos o setor urbano a baixo preço.

Em primeiro lugar temos o fechamento da fronteira agrícola brasileira e, em conseqüência, o esgotamento da válvula de escape em que sempre se constituiu a fronteira para as pressões sociais pelos camponeses a favor da reforma agrária. O “fechamento” da fronteira agrícola, que está se completando de forma acelerada nos últimos anos, não significa obviamente que todas as terras estejam produtivamente

ocupadas. Muito pelo contrário, o que se viu foi a constituição de novos imensos latifúndios especulativos, muitas vezes de propriedade de grandes empresas capitalistas, na medida em que terras longínquas eram constituídas em reserva de valor. O fechamento ocorre na medida em que todas as terras passam a ter dono senão mais de um dono. Segundo informa a revista Veja (13 de fevereiro de 1980), a julgar pelas escrituras registradas abusivamente nos cartórios a extensão territorial do Brasil está muito acima dos 8 milhões de quilômetros quadrados. No Acre, por exemplo, há muitas áreas que “supõem-se cinco andares de terras”, em função dos títulos concedidos em diversas épocas.

A consequência desse fechamento acelerado da fronteira agrícola é a de que os posseiros não têm mais para onde ir. O padrão clássico de ocupação do solo brasileiro foi sempre o da abertura da fronteira por posseiros ou então por colonos que recebiam autorização dos proprietários para derrubar a mata e explorar a terra durante algum tempo. Em seguida os posseiros eram expulsos e os colonos ou absorvidos pela fazenda capitalista ou também expelidos. Mas ao serem expulsos eles tinham sempre para onde ir. Bastava caminhar um pouco mais em direção à fronteira. Agora isto deixa de ser possível ou torna-se muito mais difícil. Por isso as resistências à expulsão se multiplicam e se potenciam. A questão da terra, que Caio Prado Jr. definiu em artigos hoje clássicos há vinte anos atrás a exclusão da propriedade da terra da grande maioria da população rural brasileira assume agora toda a sua gravidade. E sua solução começa a tornar-se inadiável.

Em segundo lugar é preciso considerar o enfraquecimento do latifúndio, que afinal vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil, na medida em que a burguesia urbana, industrial e financeira, firma seu caráter de classe dominante. A revolução industrial brasileira teve início nos anos trinta a partir de uma aliança entre a burguesia industrial nascente e o latifúndio não-cafeeiro do qual Getúlio Vargas era um representante. “Esta aliança”, conforme observa agudamente Ignácio Rangel, “resultado das convulsões sociais compreendidas sobre a rubrica da Revolução de 30, resolveu-se, por certo, muitos dos complexos problemas políticos implícitos na instrumentalização da indústria substitutiva de importações, mas, naturalmente, não era gratuita para o nascente capitalismo industrial. Com efeito, a reforma agrária, capítulo essencial da revolução democrático-

burguesa, indispensável para a ampliação do mercado interno e, principalmente, para a reestruturação do mercado de mão-de-obra, teria que ser postergada por toda uma etapa do desenvolvimento econômico brasileiro” (em “Recapitulando a Questão Agrária”, 1977, FGV, São Paulo). No momento, entretanto, em que o latifúndio se enfraquece politicamente, dado o enorme avanço do capital industrial e financeiro, é claro que começam a deixar de existir razões políticas para o adiamento da reforma agrária. É certo que o partido do Governo ainda está apoiado nesse latifúndio, especialmente no Nordeste, mas são claros os sinais do seu enfraquecimento econômico e político em face não apenas da consolidação do poder da burguesia urbana hoje já dominante, mas também em face à emergência como força política da tecnoburocracia e dos trabalhadores organizados.

O terceiro e decisivo fato novo a apontar no sentido da reestruturação da propriedade da terra no Brasil reside na circunstância de que o latifúndio pré-capitalista, muitas vezes operado por arrendatários e parceiros, e sua contrapartida, o minifúndio de auto-consumo parcial, estão deixando de ser funcionais para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Esta economia camponesa formada de arrendatários, parceiros e posseiros, além de produzir para seu próprio consumo, é responsável por grande parte da produção de alimentos destinados ao mercado no Brasil, enquanto que a agricultura capitalista se dedica aos produtos de exportação e às matérias-primas. Os alimentos produzidos pela economia camponesa, entretanto, são produzidos a baixo preço, a um preço de mercado inferior ao seu valor, ou, mais especificamente, inferior ao seu preço de produção. Isto é possível, conforme observa José Graziano da Silva, porque os camponeses limitam-se a exigir um preço que lhes garanta a estrita subsistência, não havendo possibilidades de remunerar o capital e a terra, através do lucro médio e da renda terra, elementos constituintes do preço de produção (“Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira”, Hucitee, 1978). Em consequência os camponeses estão permanentemente transferindo renda para os setores capitalistas, estão reduzindo o custo de reprodução da mão-de-obra urbana, e assim estão possibilitando o pagamento de baixos salários em termos de valor nas empresas capitalistas.

Esta funcionalidade da economia camponesa para a acumulação capitalista, entretanto, está se esgotando. O crescimento da produção de alimentos tem sido notoriamente

insuficiente para atender à demanda interna, apesar de esta crescer lentamente no Brasil, dada a forte concentração de renda existente. Em consequência os preços dos alimentos vem crescendo mais rapidamente do que os demais preços no Brasil. Isto não apenas traz consequência inflacionarias, mas também eleva o custo de reprodução da mão-de-obra e rebaixa a taxa de lucros do setor capitalista. Se supusermos, como parece provável, que os trabalhadores consigam paralisar ou estabilizar o processo de concentração de renda, é claro que a procura interna de alimentos aumentará ainda mais, dada a maior elasticidade-renda da procura de alimentos para as famílias pobres.

Este aumento insuficiente da produção interna de alimentos está claramente relacionado com as limitações da economia camponesa, não apenas pressionada cada vez para mais longe, mas ao mesmo tempo sendo liquidada nas regiões de arrendamento e parceria em função da elevação especulativa extraordinária do preço da terra ocorrida nos últimos seis anos especialmente.

A alternativa, colocada pelo Governo em termos de estratégia a partir de 1968, foi a de desenvolver a agricultura capitalista, inclusive para a produção de alimentos. Em 1964 o novo Governo estabelece uma política agrária que seria baseada na reforma agrária, alterando-a em 1968 para a tentativa de implantar no Brasil uma agricultura capitalista sem reforma agrária. Alguns êxitos foram alcançados. O processo de modernização ocorrido em boa parte graças à difusão do crédito rural através do Banco do Brasil foi notável especialmente no Sul do país. Mas está claro que, decorridos 12 anos, esta estratégia concentradora de renda em médias e grandes propriedades revela-se profundamente insatisfatória. Na Amazônia o fracasso da SUDAM e dos grandes projetos empresariais é definitivo. No Nordeste o imobilismo agrário continua um entrave ao desenvolvimento capitalista de região. Os conflitos pela posse de terra multiplicam-se, a produção agrícola cresce lentamente, a boa safra que se aproxima não decorreu do aumento da área cultivada, mas de boas condições climáticas, o preço dos alimentos cresce.

Afinal, o capitalismo brasileiro, para continuar a se expandir, precisa também patrocinar a sua reforma agrária. A Igreja quer uma reforma que transforme a terra em terra de trabalho e não em terra de exploração, de negocio, de lucro e especulação. Não creio que

isto seja possível a curto prazo no Brasil, mas não há dúvida que será preciso distribuir muita terra dos latifúndios pré-capitalistas do Nordeste e dos latifúndios especulativos do Centro-Norte às famílias que trabalham à terra. Esta é uma reivindicação dos trabalhadores brasileiros e uma necessidade do capitalismo local. A profundidade desta reforma vai depender de muita luta. Serão decisões políticas a serem tomadas em função da correlação de forças entre as classes sociais. Mas é importante assinalar que não será apenas a luta de classes, mas também a própria dinâmica da acumulação capitalista que imporão afinal a reforma agrária no Brasil.(26/02/80)